

## OS ANOS DOURADOS DO CAPITALISMO: UMA TENTATIVA DE HARMONIZAÇÃO ENTRE AS CLASSES<sup>1</sup>

PAULO BALANCO <sup>2</sup>  
EDUARDO COSTA PINTO<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo discute o padrão de acumulação dos *anos dourados*, procurando situá-lo como resultados do processo dialético das leis de movimento do valor. Nesse sentido, as transformações econômicas, culturais e institucionais dos *anos dourados*, mediante as quais foram concedidos certos benefícios à classe trabalhadora funcionaram com estratégias defensivas do capital diante da crise de dominação provocada, em grande medida, pela ofensiva operária anti-sistêmica, principalmente após a Revolução Russa. Tais estratégias centradas no compromisso keynesiano-fordista e no *Welfare State* buscaram harmonizar a contradição entre as classes. Contudo, esta continuou viva, ficando, porém, disfarçada pelos instrumentos de controle social.

**Palavras Chave:** *anos dourados*, compromisso keynesiano-fordista, controle social

**Abstract:** *This article examines the golden years accumulation's standard of capitalism, to intend point out them as resulted of the dialectic process of laws of movement and reproduction of the value. In this direction, the economic, cultural and institutional transformations, that granted certain benefits to the working class, materialized in golden years of the capitalism, functioned like capital's defensive strategies because the domination crisis provoked, in great measure, for the laborer anti-systemic offensive, mainly after Russian revolution. Such strategies centered in the keynesian-fordism commitment and in the Welfare State were said searched to harmonize the contradiction between the social classes. However, this contradiction continued alive, but disguised by the social control instruments.*

**Key words:** *golden years, commitment keynesiano/fordista, control social*

JEL: P0; P1; P16

---

<sup>1</sup> Recebido em 15/08/2006. Liberado para publicação em 18/11/2006.

<sup>2</sup> Paulo Balanco (UFBA): Professor do curso de mestrado em economia da Universidade Federal da Bahia, Doutor em economia pela Unicamp. E-mail: balanco@ufba.br

<sup>3</sup> Eduardo Costa Pinto (UFRJ): Doutorando em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; mestre em economia pela Universidade Federal da Bahia.  
E-mail: eduardopintobr@yahoo.com.br

## 1. Introdução

A finalidade deste artigo é tentar desenvolver uma análise crítica das transformações socioeconômicas inerentes ao padrão de acumulação capitalista vigente entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1960. Perseguindo este objeto, procurar-se-á situá-lo como resultado do processo que expressa a atuação das leis de movimento e reprodução do capital, portanto, alocando-o metodologicamente em uma perspectiva dialética e materialista histórica.

Sendo assim, tem-se como propósito apreender as dimensões do real-concreto dos anos dourados do capitalismo representadas pelo padrão de acumulação keynesiano-fordista e pela forma de controle social consolidada pelo *Welfare State*.

Para esse propósito, admite-se o pressuposto de que as transformações econômicas, culturais e institucionais que consubstanciaram os anos dourados estão radicadas no combate à crise de dominação do capital vinda à luz nos anos 1930. Com isso, quer-se afirmar que a introdução de novos códigos regulatórios, tanto no âmbito institucional quanto no da produção, concedendo determinadas benesses à classe trabalhadora, principalmente nos países centrais, na verdade, espelhavam uma estratégia defensiva do capital direcionada para a preservação de sua hegemonia<sup>4</sup>, diante da ofensiva operária anti-sistêmica, principalmente após a Revolução Russa.

Esta iniciativa, ao mesmo tempo, enseja o tratamento do objeto em contraponto às perspectivas teóricas que associam os anos dourados a uma nova forma de sociabilidade do capitalismo, a qual teria consolidado a harmonização entre as classes. Assim, busca-se demonstrar que a contradição entre o capital e o trabalho persistiu à época como fundamento central dessa sociedade, ficando, contudo, disfarçada em virtude da regulação do *Welfare State*.

Neste sentido, além desta introdução, discute-se na segunda seção deste artigo o processo de transição conflituosa do capitalismo concorrencial ao monopolista, marcado pela intensificação da contradição entre capital e trabalho e pelo acirramento do embate intercapitalista, haja vista a incapacidade do modelo institucional liberal de regular os mais diversos interesses socioeconômicos, desde a crise agrária de 1872. Na terceira seção a preocupação volta-se para a apreensão dos anos dourados do capitalismo,

---

<sup>4</sup> Existe uma diversidade de perspectivas para o entendimento do conceito de hegemonia, muitos deles associados à lógica de poder e força, a qual, porém, restringe as dimensões do convencimento nos processos sociais. O conceito de hegemonia gramsciano abarca essas duas dimensões (força e convencimento), o que justifica sua adoção ao longo deste trabalho. A hegemonia, segundo Gramsci, é a manutenção da coesão de todos os diversos grupos sociais que compõem uma sociedade em torno de valores políticos, econômicos, sociais, morais e culturais, obtidos através de uma conjunção de coerção com consentimento. Nessa construção admite-se a possibilidade de formação de uma nova hegemonia a partir de uma outra direção cultural que as classes subalternas possam dar.

marcados pela implementação do **compromisso keynesiano-fordista** e por uma nova forma de controle societal (*Welfare State*). Por fim, na terceira seção, procura-se alinhavar algumas idéias a título de conclusão.

## 2. Do capitalismo concorrencial ao monopolista: uma transição conflituosa.

O século XIX foi marcado pela transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista. O primeiro abarcou, aproximadamente, o período 1800-1870, enquanto o segundo se efetivou após uma transição conflituosa marcada pela primeira crise estrutural do capitalismo maduro, qual seja, a Grande Depressão provocada pela crise agrária de 1872.<sup>5</sup> Em decorrência, foram moldadas estratégias de concentração e centralização do capital que acabaram por consolidar a Grande Indústria como a forma predominante da acumulação capitalista, e, por conseguinte, a subsunção real do trabalho ao capital.<sup>6</sup> E, no final do século XIX,

*[...] confirmava-se o movimento determinante da reprodução do capital a partir da atuação da grande empresa transnacional e, com isso, o surgimento de novas formas de concorrência, sobretudo aquelas que expressavam o domínio do monopólio (BALANCO, 1999, p. 14).*

De fato, nos anos finais do século XIX consolidaram-se forças produtivas especificamente capitalistas à medida que se verificava uma separação econômica e técnica, cada vez mais acentuada, entre os departamentos de meios de consumo e de meios de produção, principalmente nos países europeus desenvolvidos. Já em alguns países periféricos, se iniciava a destruição das relações de produção pré-capitalistas conjugadamente a um processo de industrialização embrionário. Essas portentosas transformações foram impulsionadas pela extraordinária ampliação da escala de produção inerente às mudanças tecnológicas originárias da 2ª revolução industrial e por novas formas organizacionais da empresa capitalista, tanto no âmbito da gestão, que buscou integrar definitivamente a classe trabalhadora, quanto na estrutura da propriedade através da consolidação das sociedades anônimas.<sup>7</sup> (TAVARES & BELLUZO, 2004; BALANCO & PINTO & MILANI, 2003; BALANCO, 1999).

<sup>5</sup> Não existe consenso no tocante à periodização do capitalismo, muito embora seja dispensável entrar nos termos dessa polêmica no escopo deste trabalho.

<sup>6</sup> A subsunção real se materializou a partir da expropriação dos meios de produção dos trabalhadores e, também, por meio das transformações (sistemas de máquinas e máquinas ferramentas) no processo de produção, que tornaram o trabalho um apêndice da máquina.

<sup>7</sup> Entre o final do século XIX e início do século XX a utilização da gestão da produção taylorista teve como objetivo integrar ao processo produtivo uma classe trabalhadora que tinha sido proletarizada muito recentemente. Naquele momento, o operariado industrial, em sua grande maioria, era originário da agricultura e, por conseguinte, não estava habituado nem treinado para lidar com a maquinaria moderna. Assim, o taylorismo consolidou-se supondo-se que os

As transformações no âmbito da produção e da reprodução capitalistas, observadas no século XIX, ocorreram articuladas com as relações inter e intra-estatais constituídas com o estabelecimento da supremacia inglesa no sistema mundial. Com isso, a Inglaterra passara a liderar uma Ordem Liberal Burguesa assentada prática e ideologicamente na bandeira do livre-comércio multilateral, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX, com base no Tratado de Comércio Anglo-Francês. O livre-comércio, associado à expansão territorial ultramarina e ao desenvolvimento da indústria e das finanças na Inglaterra, possibilitou a consolidação da supremacia britânica em toda economia mundial. O poderio inglês foi alcançado em virtude (i) da sua liderança na precedente primeira revolução industrial, (ii) do seu pioneirismo em consolidar uma “revolução financeira” na qual o Estado transformou o crédito público (sistema de dívida pública e de tributos), (iii) da derrota das pretensões imperiais de Napoleão Bonaparte e (iv) de seu controle quase monopolista dos meios de pagamentos aceitos internacionalmente, o que fazia da libra a “moeda mundial” (ARRIGHI, 1996; FIORI, 1997 e 2004).

A ordem liberal, portanto, se passa no ambiente de Segunda Revolução Industrial. Neste sentido, acabou por disseminar a industrialização além das fronteiras inglesas e abriu brechas para que alguns países capitalistas retardatários (EUA, Japão e Alemanha) emergissem ao largo das relações comerciais e financeiras da supremacia liberal inglesa como novas potências industriais. Esses países alçaram-se à condição de “novas potências” (Estados soberanos) em virtude da presença ativa de seus respectivos Estados nacionais, correspondendo a um dirigismo traduzido em políticas indústrias articuladas aos seus sistemas bancários que passaram a financiar não apenas as operações de financiamento da dívida pública e o giro dos negócios, mas também novos empreendimentos e fusões de empresas já existentes (TAVARES & BELLUZO, 2004).

Sobre essa base surge e se desenvolve nos países retardatários grandes corporações associadas, pelo menos até a depressão dos anos 1930, sob controle dos grandes bancos (finanças). Inclusive, pode-se afirmar que esse processo, derivado para o território norte-americano, se constituiu no embrião da posterior “multinacionalização” do grande capital mediante o modelo da empresa monopolista americana.

*Pouco a pouco todos os setores industriais foram dominados por grandes empresas, sob o comando do capital financeiro. O movimento de concentração do capital produtivo e de centralização do comando capitalista tornou obsoleta a figura do empresário frugal que confundia o destino da empresa com sua própria biografia. O magnata da finança é o herói e o vilão do mundo que nasce* (TAVARES & BELLUZO, 2004, p. 114).

---

trabalhadores fossem incapazes de compreender mais que uma operação de trabalho. Isso possibilitou elevados ganhos em escalas materiais e o aumento da acumulação oriundo do incremento da mais-valia relativa (BERNARDO, 2000).

Esse “magnata da finança”, surgido no final do século XIX nos países retardatários, principalmente nos Estados Unidos, já havia ascendido à posição de supremacia na Inglaterra, desde 1870, em função da importância dos ganhos de *senhoriagem* do capital financeiro para a manutenção da burguesia inglesa no controle mundial. Londres (City) havia se tornado no centro financeiro mundial.

A estrutura financeira da Inglaterra e dos países capitalistas retardatários orientou-se, no momento inicial do processo de industrialização, para o financiamento do capital industrial. Tratava-se de uma estrutura que se apresentava como via para o exercício da divisão do trabalho entre diferentes modalidades funcionais do capital, atuando, por conseguinte, como o espaço de representação do capital portador de juros. Havia, por consequência, uma superestrutura financeira de aporte à esfera produtiva geradora da mais-valia na qual os vínculos orgânicos entre o capital industrial e o financeiro compunham a estrutura clássica da reprodução ampliada juntamente com o capital comercial (MARX, 1986). Mas, no novo cenário dominado pela Inglaterra, esta superestrutura passa a apresentar uma tendência à aquisição de uma autonomia relativa devido ao surgimento de um aparato creditício-financeiro que viabilizou o controle da máquina monetária das sociedades capitalistas à medida que avançava a concentração do capital produtivo.

Em decorrência, a centralização da esfera financeira está baseada na categoria *capital financeiro*, representando, segundo Hilferding (1985) e Lênin (1979), um fundamento estrutural fixado na economia capitalista entre o final do século XIX e início do século XX, principalmente nos países centrais da Europa, mediante a interpenetração entre a propriedade dos meios de produção e as instituições bancárias por intermédio das sociedades por ações. Corresponde a um processo de fusão entre banco e indústria, viabilizando a constituição de uma nova “esfera financeira” (*finance*) cujo objetivo é a maximização da lucratividade por intermédio de operações de lançamento e compra e vendas de ações, potencializando, por conseguinte, o aspecto fictício do capital envolvido nesse movimento de valorização.

O impulso do capital financeiro à posição central na disputa entre frações da classe dominante ocorre em momentos de enfrentamento de crises – quando surgem barreiras à valorização do valor – e se reflete em conflitos inter e intra-estatal no interior da economia mundial. A acumulação fictícia pode muitas vezes funcionar como uma válvula de escape à crise, pelo menos temporariamente. Dessa forma, não por acaso, o capital financeiro inglês se consolidou mundialmente nas últimas décadas do século XIX marcadas pela crise agrária de 1872, que se prolongou por duas décadas.

Aquela Grande Depressão representou muito mais do que um percalço conjuntural do sistema capitalista, como apregoava Alfred Marshal, um dos economistas

liberais mais importantes à época.<sup>8</sup> A crise, na verdade, teve um caráter estrutural, pois se vinculava à própria dinâmica do capitalismo, o qual, naquele período, atravessava um esgotamento do padrão de acumulação “concorrencial”, em virtude (i) da transição tecnológica de 1873-1893 e seus desdobramentos nos processos de trabalho e de valorização do capital; (ii) do aumento dos conflitos sociais atrelados à maior organização e nitidez ideológica dos trabalhadores (“classe para si”), que, inclusive, à época, avançavam estratégias anti-sistêmicas de caráter socialista; e (iii) da incapacidade do Estado liberal, dentro de seus marcos regulatórios, de controlar as manifestações de descontentamento, abrindo espaço para a lei do mais forte. Um perigo para o sistema naquele momento, uma vez que a classe trabalhadora ganhava força e poderia subverter as relações de dominação (OLIVEIRA, 2004).

O avanço das forças produtivas capitalistas, ao longo do século XIX, consolidou a dinâmica social sob a égide do capital; contudo, tal avanço propiciou, se bem que a contragosto dos capitalistas, o avanço da organização e da consciência da classe trabalhadora. “A organização da classe trabalhadora cresceu com o capitalismo, que produziu a classe, o sentimento de classe e o meio físico de cooperação e comunicação” (HUBERMAN, 1979, p. 220 *apud* CALVETE, 2003, p. 11).

Os movimentos operários, em certa medida, principalmente a partir de meados do século XIX, não se preocupavam apenas com as reivindicações salariais, mas também haviam se inserido no processo de luta anticapitalista em virtude do avanço da consciência de classe. A passagem abaixo, do livro *A era das Revoluções* de Hobsbawm, expressa muito bem esse processo:

*O verdadeiramente novo no movimento operário do princípio do século XIX era a consciência de classe e a ambição de classe. Os ‘pobres’ não se defrontavam com os ‘ricos’. Uma classe específica, a classe operária, trabalhadores ou proletariado, enfrentava a dos patrões ou capitalistas* (HOBSBAWM, 1977, p. 230).

Apesar das divergências históricas entre as correntes (anarquistas, socialistas e comunistas) do movimento operário, estas, percebendo a dimensão da luta de classes à

---

<sup>8</sup> Os economistas liberais à época consideravam aquela crise como um fenômeno temporário associado às fortes quedas nos preços das matérias primas e dos alimentos. Nessa perspectiva, a crise não se constituiria num obstáculo ao curso equilibrado da dinâmica econômica, uma vez que deveria ser garantida a vigência plena do *laisser-faire*. Entrementes, “a crise – agrária ou de um padrão tecnológico – contribuiu não só para demonstrar o quanto eram falaciosas certas posturas até então identificadas como progresso ilimitado ou ininterrupto, na vigência de um pleno *laisser-faire*; como também para revelar não tanto a imprecisão conceitual mas a própria inadequação estrutural do chamado mercado auto-regulável em face de sua própria incapacidade de conter a escalada depressiva dos preços” (OLIVEIRA, 2004, p.107)

época, se articularam, em 1864, em prol da formação de uma união internacional permanente dos trabalhadores, a Primeira Internacional, buscando aumentar o poder da classe trabalhadora diante do capital.

À medida que aumentavam as barreiras ao processo de valorização do valor, o capital materializava formas para derrubá-las e, conseqüentemente, para se manter hegemônico.<sup>9</sup> Assim, uma das estratégias de enfrentamento da crise de valorização foi a busca de ganhos financeiros de *senhoriagem* através do deslocamento do capital produtivo à esfera financeira, principalmente na Inglaterra. Para a burguesia inglesa a ampliação das finanças garantiu, pelo menos até o final da Primeira Guerra Mundial, sua supremacia na economia-mundo. Outra estratégia utilizada pelos representantes do capital, principalmente pelas burguesias dos países capitalistas atrasados, foi a centralização e a concentração do capital em determinados espaços territoriais através da defesa dos monopólios e, conseqüentemente, mediante políticas estatais protecionistas.

O modelo ideológico liberal do *laissez-faire*, pautado no estado não-interventor e centrado na Inglaterra, naquela conjuntura de insurgência de boa parte da classe trabalhadora e de aumento da concorrência entre capitais nacionais cada vez mais monopolistas, tornava-se cada vez menos funcional à reprodução sistêmica. Desse modo, foram criadas as condições para a introdução de uma nova etapa do capitalismo, iniciada no final do século XIX, se estendendo até o final da década de 30 do século XX, denominada de capitalismo monopolista ou **imperialismo**. Isso, por sua vez, provocou um acirramento das disputas entre a Inglaterra e as potências retardatárias por espaços para a realização e reprodução do capital, culminando nas guerras mundiais imperialistas.

*A competição entre eles [Inglaterra e potências retardatárias] foi a grande responsável pela recolonização européia do mundo, na segunda metade do século XIX, mas também levou a Europa às duas guerras mundiais, que desmontaram o império inglês e a superioridade mundial européia* (FIORI, 2001, p. 68).

A Primeira Guerra Mundial, fruto da agudização da concorrência interimperialista, reafirmou a incapacidade do modelo institucional liberal de regular as diferenças dos mais diversos interesses socioeconômicos que vinham se materializando desde a crise de 1872. Ao final daquele conflito não apenas a regulação da concorrência capitalista era preocupação da classe dominante, mas também a nova correlação de forças entre o capital e o trabalho que emergiu após a revolução socialista russa de 1917. Este

---

<sup>9</sup> As maiores restrições à continuidade do processo de acumulação são de natureza essencialmente política, ou seja, vincula-se à luta de classe. A continuidade da acumulação depende da correlação de forças entre as classes que se expressa na resistência dos trabalhadores à exploração. Desse modo, a luta de classes está “na origem do processo crítico e, em perspectiva, é dela que vai depender o seu desfecho, não havendo, portanto, nada de natural ou mecânico no seu desenrolar” (OLIVEIRA, 1999, p. 62).

evento sócio-político estimulou o crescimento do movimento operário em boa parte da Europa ocidental. Mas, o capital não se manteve na defensiva naquela conjuntura “negativa” e partiu para o contra-ataque, uma vez que delegou às forças da própria monopolização o direcionamento dos padrões de concorrência enquanto, no plano microeconômico, buscou se reafirmar diante do palco da luta de classes através de novas possibilidades de controle social (OLIVEIRA, 2004).

Naquele contexto de elevação dos conflitos inter (capital *versus* trabalho) e intraclasses (capital *versus* capital), as barreiras impostas ao processo de valorização se tornaram mais robustas e elevadas, principalmente, com o acirramento da luta de classes, a qual representa o principal componente crítico. Tal dinâmica socioeconômica, por sua vez, alçou o capital a uma segunda crise estrutural - iniciada em 1929 e concluída após o final da Segunda Guerra - e atingiu a totalidade do mundo capitalista, provocando (i) forte deflação de ativos; (ii) crises bancárias recorrentes; (iii) intensa queda dos preços das mercadorias; (iv) desvalorizações competitivas das moedas nacionais; (v) a ruptura do padrão-ouro; (vi) o colapso da produção industrial; e (vii) a forte elevação do desemprego que chegou a atingir a taxa de 40% da população economicamente ativa em alguns países centrais.

O epicentro da segunda grande depressão capitalista foram os EUA onde ocorreu o evento emblemático do *crack* da bolsa de Nova York em 1929, provocado, segundo Belluzo (1997) e Tavares & Belluzo (2004), pelo “estouro” de uma bolha especulativa (inflação de ativos) em virtude da mudança de sinal da política monetária americana. Desse modo, para tais autores, a crise teria sido gerada pelas fraquezas institucionais do modelo de regulação do Estado liberal que impedia a coordenação e o controle da anarquia da produção, por parte do agente estatal, na nova etapa monopolista do capitalismo. Entretanto, o argumento apresentado pelos autores supracitados demonstra o caráter limitado de suas análises na medida em que, ao enfocaram apenas os problemas institucionais da regulação da concorrência intercapitalista, deixam de lado a luta de classes, na verdade, o principal fator gerador da crise por representar a restrição fundamental à continuidade do processo de acumulação. Percebe-se, portanto, que aqueles autores não penetram nos meandros econômicos e políticos da contradição entre capital e trabalho e seus efeitos para constituição das crises estruturais.

A segunda crise estrutural de valorização revestiu-se de complexidade e de manifestações paradoxais. A redução das restrições à acumulação somente foi alcançada devido à profilaxia amplamente destrutiva de mercadorias, de capitais e de força de trabalho, geradoras da Segunda Guerra Mundial, e à nova forma de controle social pautada na iniciativa estatal mediante a introdução de um arcabouço regulatório em que se destacam o Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) e o planejamento. Estes fatores engendraram certa harmonização (1945-1970) no âmbito das relações entre capital e



trabalho. Assim, foi possível o estabelecimento de uma nova plataforma de relançamento da acumulação.

Em linhas gerais, a crise de 1929, sem dúvida, desempenhou um papel central no reforço de uma nova institucionalidade, tanto no âmbito do capitalismo, em sua generalidade, quanto no do Estado. A busca de alternativas para conter os efeitos da crise – desemprego e deflação – tendeu a reforçar as mudanças no plano institucional e na determinação das políticas em seu todo.

*As novas alianças de classe que se articulam tendo em vista o enfrentamento da crise – New Deal, Planificação Nazista, Front Populaire... - aos poucos vão forjando aquilo que se pode caracterizar como a forma alternativa mais concreta ao Estado liberal [...]: o Estado social [Welfare State]” (OLIVEIRA, 2004 p. 197).*

### 3. Os anos dourados do capitalismo planejado: a busca da harmonia entre capital e trabalho

A retomada da acumulação, no pós-crise de 1929, desdobrou-se em um longo *boom* que se consolidou após a Segunda Guerra. O programa de recuperação da economia norte-americana (*New Deal*<sup>10</sup>), e seus correlatos em outros espaços nacionais, inaugurou uma nova macroestrutura sócio-econômica capitalista, cuja marca decisiva foi a forte presença estatal em termos normativos e também como esfera (ramo) da produção (Estado planejador e produtor) articulada à nova forma de controle social assentado no *Welfare State*, principalmente nos países centrais. Essa acentuada inflexão relacionada às atribuições socioeconômicas do Estado capitalista baseou-se em dois elementos fulcrais, quais sejam, (i) um inquestionável aparato de regulação com o propósito principal de enquadramento do capital financeiro e seu direcionamento para o financiamento da produção através do planejamento, considerado necessário à própria dinâmica do capital naquele momento histórico; e (ii) uma acomodação das contradições entre capital e trabalho por meio de certas concessões, por parte do capital, aos trabalhadores dos países centrais (**compromisso keynesiano-fordista** ou **estratégia de harmonização**) e de forte coerção, por parte das ditaduras militares, dos frágeis movimentos operários dos países periféricos.

---

<sup>10</sup> “A essência do *New Deal* era a idéia de que os grandes governos deveriam gastar com liberdade para conquistar a segurança e o progresso. Assim, a segurança do após-guerra exigiria certa liberdade de desembolsos por parte dos Estados Unidos, a fim de superar o caos criado pela guerra. [...] A ajuda aos [...] países pobres teria o mesmo efeito dos programas de bem-estar social dentro dos Estados Unidos – dar-lhes-ia segurança para superar o caos e impediria que eles se transformassem em revolucionários violentos” (SCHURMANN, 1974, p. 67 *apud* ARRIGHI, 1996, p. 285).

Embora o *New Deal* tenha sido implementado já no início da década de 1930, a nova macroestrutura e seus efeitos sobre a retomada da acumulação somente se consolidaram ao final da Segunda Guerra<sup>11</sup>. Concorreu fortemente para tal desfecho o novo reordenamento internacional, qual seja, a materialização de um novo sistema monetário internacional (padrão dólar-ouro), incorporando instituições internacionais de coordenação e controle (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e GATT), baseado nos acordos de *Bretton Woods*. Essa transformação foi conduzida pelos EUA que, naquela oportunidade, já desfrutavam da posição privilegiada de centro capitalista mais importante, posteriormente transformada em hegemonia mundial no sentido gramsciano até meados da década 1970.

Todavia, a confirmação dessa estratégia deu-se apenas devido a determinados pressupostos, a saber: (i) a redução da influência dos condicionantes externos - **cooperação antagônica** - sobre as políticas macroeconômicas domésticas dos países capitalistas, principalmente após o começo da Guerra Fria em 1947; (ii) a repressão financeira, ou seja, a “regulação”, por parte das autoridades monetárias estatais, sobre a moeda de crédito (capital a juros) através do processo de monetização da dívida pública; (iii) a “mediação” estatal entre o empresariado e os trabalhadores, através de suas representações sindicais, visando articular a elevação dos salários reais aos ganhos de produtividade e dos preços e integrar o trabalhador ao âmbito dos processos decisórios da produção; (iv) a incorporação de investimentos diretos e das transferências de seguridade social como componentes basilares da demanda e do controle social (BALANCO & PINTO, 2005; BELUZZO, 1999; GUTTMANN, 1998; MEYER, 2000;).

O sistema monetário de *Bretton Woods* (padrão dólar-ouro), um dos elementos mais importantes da estratégia de recuperação, configurou-se a partir de três elementos fundamentais: 1) taxas fixas de câmbio, mas ajustáveis, em virtude de “desequilíbrios fundamentais” associados aos balanços de pagamentos; 2) a aceitação do controle dos fluxos de capitais internacionais; e 3) a criação do FMI para monitorar as políticas nacionais e oferecer financiamento para equilibrar os balanços de pagamentos desequilibrados. Segundo Eichengreen (2000, p. 132) apenas “os controles de capital constituíram-se no único elemento que funcionava mais ou menos segundo o planejado”. Esse controle de capitais afrouxou os vínculos entre as políticas econômicas domésticas e externas – redução dos condicionantes externos -, possibilitando aos governos espaços

---

<sup>11</sup> O programa de recuperação americana (*New Deal*) não conseguiu retomar inicialmente (1933/1938) os investimentos privados no montante esperado, em virtude das baixas expectativas de expansão dos mercados. Configurando-se em um fracasso parcial num primeiro momento. Na verdade, a retomada da acumulação nos Estados Unidos teve forte vinculação à economia de guerra e ao processo de reconstrução da Europa no pós-guerra (MANDEL, 1985). Apesar de certo fracasso inicial, as diretrizes do *New Deal* de maior intervenção e regulação estatal sobre os mercados, além de uma nova forma de controle social, tornaram-se o eixo da acumulação capitalista entre o pós-II Guerra e a crise da década de 1970.

para a adoção de políticas macroeconômicas voltadas ao pleno emprego (EICHENGREEN, 2000).

Essa ordem financeira e monetária internacional, em que o dólar passou a funcionar como moeda de circulação internacional, foi construída sob a égide norte-americana em virtude de sua posição de superioridade diante de outros países centrais no pós-Segunda Guerra. O poderio dos EUA decorria, naquele momento, de sua posição de prestamista para todos os países aliados e de suas reservas em ouro, as quais correspondiam a quase totalidade das reservas mundiais. Nesse cenário de assimetria de poder, quando do encontro de *Bretton Woods*, a delegação dos Estados Unidos - que tinha o Plano White como seu programa de diretrizes -, impôs a maior parte de suas deliberações à delegação da Inglaterra - que através do Plano Keynes vislumbrava certa contenção do poderio americano - e às delegações dos outros países vencedores e derrotados da Segunda Guerra. Os acordos firmados ao final daquele encontro permitiam a manutenção de controles sobre movimentos de capitais e a limitação do volume de financiamento para os países que apresentassem balanço de pagamento deficitário. Essa resolução garantiu grande poder para os países superavitários, situação esta desfrutada solitariamente pelos EUA. Assim, mesmo com algumas concessões que permitiram o controle de capitais, os Estados Unidos consolidaram-se como o centro da ordem capitalista surgida no pós-Segunda Guerra (EICHENGREEN, 2000; MATTOS, 2000; SERRANO, 2004).

Apesar dos EUA aparecerem como o espaço capitalista pioneiro de desenvolvimento do *New Deal*, também a Europa e o Japão conheceriam a aplicação dos seus principais elementos constitutivos, sobretudo quando da imposição americana ao financiar suas reconstruções depois do fim do conflito bélico. Em particular, deve-se destacar a afinidade do Plano Marshall, aplicado à reconstrução dos países capitalistas da Europa Ocidental, ao modelo de demanda efetiva e seus enquadramentos institucionais. Por conseguinte, essa orientação, como um dos elementos que visava à recolocação da economia capitalista nos trilhos da expansão da acumulação, é introduzida principalmente naquele núcleo de países que passaria a ser considerado como o núcleo orgânico do sistema no plano mundial.

Na verdade, o acordo de *Bretton Woods* não conseguiu sanar os graves problemas da Europa, pois a limitação de empréstimos para os países com balanço de pagamentos deficitários - naquele momento todos os países europeus - restringia a possibilidade de sua reconstrução. A instabilidade econômica (crise da libra esterlina em 1947) e política na Europa criaram um terreno fértil para a possibilidade da tomada do poder estatal por partidos comunistas, o que, por sua vez, poderia provocar um alinhamento de alguns países europeus ocidentais ao bloco socialista. Certamente este resultado potencial ampliaria o poder da União Soviética no âmbito da Guerra Fria que se iniciou em 1947, e, principalmente, poderia elevar o poder da classe trabalhadora numa nova correlação de

forças entre o capital e o trabalho. Entrementes, antes de possíveis vitórias da classe trabalhadora socialista em território europeu ocidental, os Estados Unidos adotaram a estratégia da “exportação de capital”, em grande monta, através do Plano Marshall para reduzir a instabilidade sócio-econômica européia e para ampliar os tentáculos da grande empresa hierarquizada e “verticalizada” norte-americana. Segundo Arrighi (1996, p. 306) o “Plano Marshall iniciou a reconstrução da Europa Ocidental à imagem norte-americana e, direta e indiretamente, deu uma contribuição à ‘decolagem’ da expansão do comércio e da produção mundiais da década de 1950 e 1960”.

Para Brenner (2003) a expansão econômica do pós-guerra (1950-60) vinculou-se à capacidade do núcleo de países capitalistas avançados realizarem e sustentarem altas taxas de lucro, produzindo superávits relativamente elevados a partir do uso de capital fixo/estoque de capital (instalações e equipamentos).<sup>12</sup> No entanto, Brenner (2003) não apresenta, ou apenas tangencia, os novos elementos institucionais que proporcionaram aos países centrais a capacidade de sustentar a taxa de lucro nos anos 50 e 60, delegando à política um caráter secundário.

Conseqüentemente, a sustentabilidade das taxas de lucro em um patamar elevado deveu-se ao renovado arranjo político, articulado ao final da Segunda Guerra, ou seja, a uma nova institucionalidade, tanto em níveis inter e intra-estatais quanto no plano gerencial-administrativo da produção. Com isso, a tarefa de regulação da concorrência intercapitalista e de arrefecimento da contradição entre capital e trabalho nos espaços nacionais foi facilitada pelo novo controle social estruturado em torno de certas concessões aos trabalhadores. Na Europa empregou-se o reformismo social-democrata assentado da “participação” dos trabalhadores em “associação” com o capital; já nos Estados Unidos configurou-se uma racionalização fordista-taylorista que permitia a efetivação de ganhos salariais aos trabalhadores.

A intensa acumulação de capital ocorrida nos anos dourados aconteceu a partir do núcleo funcional composto pela grande empresa, aprofundando sua penetração nacional e internacional, e pelo Estado planejador/produzidor mediante forte intervencionismo e “regulação”. Entretanto, essa mesma receita pouco contribuiu para que os países periféricos lograssem diminuir o fosso que os separavam do núcleo orgânico do sistema, confirmando o desenvolvimento desigual e hierarquizado do capitalismo.

A expansão da atuação da grande empresa<sup>13</sup> americana no pós-Segunda Guerra, para além dos espaços nacionais que as sediavam originariamente, caracterizou uma nova

---

<sup>12</sup> Entre 1950 e 1970, a taxa de lucro líquido do setor manufatureiro, em média anual, foi de 24,3% nos EUA, de 23,1% na Alemanha e de 40,4% no Japão (BRENNER, 2003).

<sup>13</sup> A grande empresa teve, ao longo de quase todo séc. XX, o binômio taylorista/fordista como a expressão dominante da gestão da produção e seus respectivos processo de trabalho. Tal arranjo da produção estava baseado na produção em massa de mercadorias mais homogêneas e na estrutura organizacional “verticalizada” (ANTUNES, 1999).

etapa da “exportação de capital”: num primeiro momento, por meio de gastos militares e do Plano Marshall; e num segundo momento, após o Plano, pela internacionalização do capital privado americano, financeiro e principalmente industrial, para a Ásia e a América Latina. Tornou-se possível, com isso, um reordenamento na divisão internacional do trabalho, já que a revolução tecnológica então experimentada permitiu um avanço da integração dos países subdesenvolvidos ao mercado mundial de tal forma a elevá-los também à posição de produtores de bens acabados. Emerge, então, um novo quadro que apenas confirmaria a inexorável atuação das leis econômicas do capitalismo como fatores de impulso ao deslocamento dos capitais entre os diversos espaços geográficos do planeta. No interior desse processo, os novos interesses das empresas multinacionais européias e, principalmente, estadunidenses nas regiões atrasadas do planeta levaram-nas, por conseguinte, a ampliar o espaço de vigência das relações capitalistas de produção (PINTO & BALANCO, 2004).

O crescimento da produção<sup>14</sup> e da lucratividade nas economias avançadas no pós-Segunda Guerra favoreceu a manutenção de elevados índices de investimentos privados<sup>15</sup> e estatais, acompanhados de uma aceleração da produtividade<sup>16</sup>, associados a crescimento salarial<sup>17</sup> neutro relativamente aos lucros. De fato, juntamente aos baixos níveis de desemprego<sup>18</sup> e de inflação<sup>19</sup>, tratavam-se de resultados econômicos nunca historicamente alcançados, enquanto constatavam-se processos recessivos pouco significativos (BRENNER, 2003).

---

<sup>14</sup> Entre 1950 e 1973 a economia mundial cresceu 4,9%, em média anual, recorde histórico. Tal crescimento foi puxado pela França e Alemanha, na Europa, que cresceram 5,0% e 6,0%, respectivamente; pelo Japão, na Ásia, que cresceu 9,2%; e pelo Brasil, na América Latina, que cresceu 6,8% (GONÇALVES, 2002, p. 108).

<sup>15</sup> Verificou-se um crescimento relevante do estoque de capital (empresas privadas), entre 1960 e 1969, de 3,9% nos Estados Unidos (estoque líquido), de 11,3% no Japão (estoque bruto), de 6,6% na Alemanha (estoque bruto), e de 4,8% no G-7 (estoque bruto) (BRENNER, 2003, p.93).

<sup>16</sup> As taxas de produtividade da mão-de-obra dos países centrais (PIB/trabalhador) alcançaram seus maiores níveis entre 1960 e 1969. Naquele período ocorreu um elevado crescimento nos Estados Unidos, no Japão, na Alemanha, na União Européia e no G-7 de 2,5%, 8,6%, 4,3%, 5,2% e 4,8%, respectivamente (BRENNER, 2003, p. 93).

<sup>17</sup> Os salários reais, entre 1960 e 1973, elevaram-se fortemente nos países centrais. Nos Estados Unidos, no Japão, na Alemanha e na União Européia ocorreu crescimento salarial médio anual de 2,8% (por hora), 7,7% (por pessoa), 5,4% (por pessoa) e 5,6% (por pessoa), respectivamente (BRENNER, 2003, p. 90).

<sup>18</sup> Na década de 1960, as taxas de desemprego alcançaram os menores índices do século XX.

<sup>19</sup> As reduzidas taxas de inflação dos *anos dourados* podem ser consideradas, em certa medida, surpreendentes num contexto de produto elevado e baixa taxa de desemprego. Na verdade, a estabilidade de preços teve como fatores relevantes o regime de câmbio quase fixo de *Bretton Woods* e o controle, por parte dos norte-americanos, do petróleo do Oriente Médio. (SERRANO, 2004).

Como se sabe, no pós-Segunda Guerra, consolidou-se um quadro político internacional formado por duas áreas de influência antagônicas, uma delas liderada pelos EUA e outra capitaneada pela URSS. Portanto, os Estados Unidos buscaram assegurar o êxito econômico para seus aliados e concorrentes como uma forma de consolidar a ordem capitalista – um mundo seguro para a livre empresa – e combater o regime comunista. Nesse cenário, o Estado imperialista americano, já consolidado como hegemônico, arquitetou uma **cooperação antagônica** entre os principais países capitalistas, ou seja, uma cooperação entre Estados concorrentes (THALHEIMER *apud* MEYER, 2000), elevando o crescimento econômico e o progresso a uma posição de questão de **segurança nacional** e de manutenção da **ordem capitalista regulada**. Nesse período a hegemonia estadunidense foi exercida através de um comportamento dual, **coercitivo e persuasivo**, embora a persuasão tivesse ocupado maior destaque. (MEYER, 2000).

Por outro lado, o processo de expansão mundial não ocorreu de forma simultânea no núcleo dos países avançados. Na verdade, os EUA, moldados nas condições econômicas e materiais internas ao final da Segunda Guerra Mundial, saíram na frente no processo de expansão, provocando um crescimento temporalmente desigual relativamente à Europa e o Japão. Quando essas duas regiões vieram a atravessar seus auge expansionistas, a economia doméstica americana já vivenciava um processo de declínio relativo. Mesmo assim, essa dinâmica mundial diacrônica garantiu a contínua vitalidade das forças dominantes dentro dos Estados Unidos, pois o desenvolvimento mais tardio, após a Segunda Guerra, da Europa e do Japão representou, por um lado, oportunidades de expansões externas para as empresas multinacionais e para os bancos norte-americanos, abrindo, por conseguinte, novos canais de lucratividade para os seus investimentos diretos. Ao mesmo tempo, significou o crescimento das exportações da produção interna americana alavancado por uma demanda estrangeira de crescimento acelerado (BRENNER, 2003).

O êxito econômico estadunidense, tendo em vista o lugar central deste país na economia-mundo capitalista, portanto, conectou-se ao sucesso de seus concorrentes e aliados e à manutenção da **ordem capitalista regulada**. Sem dúvida, tornava-se muito claro que o capitalismo resolvera adotar um modelo de desenvolvimento de inquestionável inspiração keynesiana, portanto, privilegiando o princípio da demanda efetiva como norma teórica tanto no plano econômico como no cultural.<sup>20</sup> Coube ao

---

<sup>20</sup> A leitura keynesiana, apresentada neste trabalho - a mesma defendida por Oliveira (2004) -, não se reduz apenas ao plano econômico: adoção, por parte do Estado, de políticas ativas de criação de demanda agregada e de instrumentos passivos (regulação) de natureza monetária buscando a simples reativação do controle do ciclo. Diz respeito também ao plano cultural, na medida em que o Estado disseminou a cultura burguesa do consumo e eficiência através do consumo de massa (Oliveira, 2004).

Estado o papel de controle do ciclo econômico e de disseminação da cultura burguesa <sup>21</sup> do consumo e da eficiência aos moldes norte-americanos (*American Way of Life*) através do consumo de massa e das transformações ideológicas dos indivíduos – um novo tipo humano. À medida que as organizações trabalhistas assimilavam tal cultura, aumentava a integração passiva dos trabalhadores aos rumos assumidos pelo movimento do capital em sua globalidade.

Um desses mecanismos estatais, no plano econômico, foi a estrutura de regulação da moeda e do sistema de crédito adotada por Roosevelt <sup>22</sup>. Assim, constituiu-se uma nova ordem monetária em que as autoridades monetárias do Estado (Bancos Centrais) podiam interferir na oferta de moeda tanto de forma direta, alterando a quantidade de moeda em circulação, quanto de forma indireta por meio da regulação das atividades de criação monetária dos bancos comerciais. Isso possibilitou a criação de uma oferta elástica de moeda a juros baixos através do aumento das despesas financiadas pelo endividamento. Esse processo originou uma “monetização” das dívidas e permitiu financiar, simultaneamente, os déficits orçamentários crônicos do Estado previdenciário, os investimentos necessários à difusão de tecnologias da produção fordista e as normas sociais de consumo de massa de bens mais caros, tais como automóveis e casas (GUTTMANN, 1998).

A justificativa para a intervenção estatal na economia, sob influência do planejamento, em boa medida, foi explicada em vista da profunda destruição econômica causada pela Grande Depressão de 1929 e pela Segunda Guerra. Nesse cenário deletério seria uma quimera acreditar que semelhante situação poderia ser revertida rapidamente apenas com base nos mecanismos espontâneos do mercado e da livre-iniciativa. A destruição econômica e eventos do plano político - intensificação da luta de classes na Europa e a construção do “socialismo real” - forçaram o engendramento, por parte do capital, de estratégias contra-ofensivas de caráter preservativo pautadas na harmonização entre as classes através de algumas concessões aos trabalhadores<sup>23</sup> articulados em torno do chamado compromisso keynesiano-fordista. Quanto maiores fossem os poderes dos movimentos operários nacionais, maiores eram as concessões por parte dos gerentes e

---

<sup>21</sup> O acesso aos bens e serviços representaria a felicidade individual e para tanto os envolvidos na produção deveriam se comprometer com a eficiência.

<sup>22</sup> A regulação do sistema financeiro americano pós-crise de 1929 esteve assentado na Glass-Steagall Act (1933) e pelo Securities Exchange Act (1934) e estruturou-se “em três princípios: a) proteção estatal que incluiu o sistema de seguro dos depósitos e mecanismos de supervisão; b) restrição à competição exacerbada entre instituições financeiras; c) intenção de dar transparência na gestão dos negócios” (Braga e Cintra, 2004, p. 257). Essas medidas tinham como objetivo regular a interação creditícia e especulativa inter-organizações financeiras e entre bancos e indústria.

<sup>23</sup> Vale ressaltar que essas concessões visavam contornar a ofensiva operária sem, no entanto, atingir a legitimidade do domínio do capital.

representantes do capital. Assim, tal arranjo institucional “harmonicista” foi assumindo características bastante distintas em cada país a depender do nível nacional de correlação de força entre as classes. Isso explica, até certo ponto, as formas diferenciadas da harmonização implantadas nos Estados Unidos e na Europa e a predominância da coerção aos movimentos trabalhistas nos países periféricos.

Na Europa ocidental, ou na Europa que continuaria capitalista depois dos acordos de coexistência pacífica firmados entre EUA, Inglaterra e URSS ao final da Segunda Guerra, o compromisso keynesiano-fordista, como estratégia de harmonização, teve que assumir um caráter mais amplo denominado “pacto social”<sup>24</sup>, o qual também foi transplantado tanto para o plano macroestrutural (regulação institucional: *Welfare State*) quanto para o da produção (certa “participação” dos trabalhadores nos processos organizacionais e ganhos salariais reais), haja vista a grande insurgência das organizações dos trabalhadores europeus.

Nos Estados Unidos o compromisso keynesiano-fordista voltou-se, prioritariamente, ao âmbito da produção mediante a racionalização taylorista-fordista. Esse processo proporcionou vultosos ganhos de produtividade, os quais foram em parte repassados aos salários dos trabalhadores norte-americanos. A maior intermediação, nos Estados Unidos, das instâncias políticas e ideológicas no processo de harmonização não se fez necessária face à pequena articulação dos movimentos operários estadunidenses – sindicalismo reformista à semelhança das *trade unions* inglesas - e suas reivindicações de caráter muito mais salarial dos que anti-sistêmico.

Gramsci, no seu ensaio *Americanismo e Fordismo*, fora um dos primeiros a perceber a relevância da gestão taylorista-fordista para o processo de harmonização social nos EUA. Para ele, o ganho com essa nova gestão da produção viabilizou

[...] *racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) para, finalmente, basear toda a vida do país na produção. A hegemonia [do capital] vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia* (GRAMSCI, 1978, p. 381-2).

---

<sup>24</sup> A “concertação” do “pacto social”, que pressupunha o consenso negociado e a harmonização das relações sociais entre capital e trabalho sob orientação social-democrata, assentou-se numa nova aliança de classe que concedia aos trabalhadores certas benesses em troca do fim das lutas mais radicais orientadas ao *deblacê* do sistema capitalista. A classe capitalista só aceitou fazer certas concessões em virtude do aumento, no primeiro quartel do século XX, das constantes insurgências, greves e revoluções da classe trabalhadora contra a ordem vigente nos países europeus industrializados e do “perigo” comunista que rondava o ocidente (OLIVEIRA, 2004).



Nos países periféricos a relação entre os representantes do capital e os movimentos operários não assume a forma do compromisso keynesiano-fordista. Ao contrário, prevaleceu um maior grau de coerção, uma vez que tais economias dependentes estruturavam-se num modelo de capitalismo desarticulado - voltado para exportação ou para o consumo interno de bens de luxo - e alicerçado na “superexploração” do trabalho. Semelhante dinâmica capitalista dependente conformava um grande “exército industrial de reserva”, o que, em certa medida, restringia a ampliação das bases das organizações operárias. Com a correlação de força pendendo fortemente a favor do capital não se fazia necessária à harmonização de classes nos países periféricos. A coerção foi a arma principal do capital para se impor como dominação. Ao sinal de “subversão” dos trabalhadores à “superexploração” e, por conseguinte, ao sistema estabelecido, os representantes das frações dos capitais nacionais articulavam-se entre si, com os representantes das forças armadas, com parte das classes médias locais e com o grande capital forâneo para manter a ordem estabelecida.<sup>25</sup> O instrumento de manutenção da acumulação e, conseqüentemente, dessa ordem capitalista dependente, foi o golpe militar e a simultânea implantação de regimes ditatoriais, pois estes facilitavam a extração de mais-valia dos trabalhadores através da repressão dos salários e da coerção da organização livre dos movimentos operários. A “ajuda” estrangeira para manutenção da ordem, geralmente, vinha dos organizadores do sistema capitalista (EUA), quer seja através de intervenções militares violentas (Coréia, Vietnã, e República Dominicana), quer seja incitando e sustentando política e economicamente golpes militares e ditaduras ao redor do mundo (Brasil, Chile, Argentina, Grécia, Uruguai etc.). Ao utilizar tais instrumentos, o Estado norte-americano buscava proteger os interesses de suas empresas multinacionais e, por conseguinte, defender sua posição central na economia mundo capitalista, além, é claro, preservar a hegemonia do capitalismo como sistema social.

#### 4. À guisa de conclusão

Em linhas gerais, a arquitetura de regulação e coordenação, sob controle norte-americano, seria ampliada à dimensão internacional. O capitalismo colocou em prática um mecanismo “regulatório” direcionado para o controle das relações entre países, abarcando, dessa maneira, os fluxos financeiros e de mercadorias. Os acordos de *Bretton Woods* resultaram na substituição definitiva do padrão-ouro pelo padrão dólar-ouro e na construção de uma estrutura institucional baseada em organismos como o FMI, o Banco Mundial e o GATT, sob a égide dos EUA. A principal preocupação vinculava-se à necessidade de evitar mudanças bruscas e imprevisíveis, amenizando a autonomia dos

---

<sup>25</sup> Em momento de possíveis rupturas sistêmicas as frações das classes dominantes deixam de lado, pelo menos temporariamente, os seus conflitos, associados à apropriação e à repartição da riqueza, em prol de instrumentos de manutenção da hegemonia do capital.

fluxos financeiros especulativos e potencialmente portadores de elementos desestabilizadores. Depois de 1944, quando os acordos de *Bretton Woods* foram firmados, prevaleceu até 1971 um controle relativo que acabou por privilegiar os fluxos de mercadorias e de investimento direto mediante um sistema de taxas de câmbio fixas fortemente administrado.

O excesso de liberdade para os movimentos dos capitais presenciado nas duas primeiras décadas do século. XX daria lugar a uma condução econômica estatal planejada de perfil anti-cíclico associada ao controle social via harmonização. Dessa forma, o papel da demanda agregada, no plano socioeconômico, passou a ser decisivo, o que implicou na elevação para o primeiro plano de dois elementos desta macroestrutura, a saber, os gastos em consumo privado e as despesas público-estatais. No que diz respeito à função do consumo neste modelo, tornou-se necessário estabelecer uma estrutura institucional de “reforçamento” dos rendimentos do trabalho e de elevação do nível de emprego.

O redimensionamento do Estado configurou-se como um dos principais componentes estruturais do padrão de acumulação colocado em prática naquele período. Este redimensionamento, por um lado, expressou os novos componentes de controle social supracitado e, por outro, atribuiu ao Estado o papel de esfera produtiva no interior da divisão social do trabalho da economia. Todavia, não corresponde integralmente, e nem poderia, ao conceito de esfera produtiva tal qual aquela inerente à categoria *capital industrial* como teorizado por Marx (1986) em sua interpretação da reprodução capitalista. No padrão de desenvolvimento dos *anos dourados* o Estado cumpre uma atuação de inspiração keynesiana, o que significa dizer que, no plano econômico, o mesmo passa a se responsabilizar direta e indiretamente pela efetivação de uma determinada taxa de investimento, constituindo-se, por conseguinte, em fonte de estabilidade.

Além disso, o Estado passa a ser fonte de financiamento fundamental ao capital produtivo. Tendo em vista a atrofia da esfera financeira e seu descolamento relativamente à esfera produtiva, tal como se apresentou no período anterior à grande depressão, as amplas reformas introduzidas pelo *New Deal*, e propagadas para a Europa e Japão, levaram a uma modificação drástica da estrutura de financiamento da economia. Isso significou uma ampliação da atuação estatal neste campo, uma vez que bancos, agências de financiamento e organismos de fomento de caráter público/estatal foram criados. O próprio segmento privado do setor financeiro passou por um processo de saneamento, ficando sujeito a legislação voltada ao estímulo das atividades produtivas. Esses dispositivos de ampliação do financiamento do setor produtivo constituíram-se na outra faceta relacionada à importância adquirida pelo endividamento público, como instrumento que possibilitava a consecução de políticas fiscais expansionistas (déficit orçamentário) voltadas ao controle dos ciclos econômicos.

Neste contexto, o gasto público assume um significado relevante para a dinâmica capitalista. Sem sombras de dúvida, em meio à fase de prosperidade experimentada pelos países centrais, a dívida pública torna-se um dos componentes da acumulação produtiva. Ao lado dos elementos favoráveis à acumulação de capital, entre eles, o arrefecimento da luta de classes, a inovação tecnológica e organizacional, o padrão de consumo de massas e a introdução das relações capitalistas em novos espaços geográficos do planeta, a dívida pública cumpriu seu papel a contento ao se transformar em fonte de estabilidade cíclica e de acumulação. Portanto, a transferência de parte da riqueza e da renda para o Estado - e sua redistribuição sistêmica integradora de um mecanismo reprodutivo favorável aos capitais privados na esfera não financeira - foi tolerada sem maiores questionamentos até que o padrão de acumulação começasse a se esgarçar. Isso começou a ocorrer no final da década de 1960.

Os primeiros sinais de reversão da expansão de cerca de três décadas surgem ao final da década de 1960. Desde então, a economia capitalista passou a conviver com uma significativa inflexão da taxa geral de lucro e dos níveis de acumulação gerados por uma grave crise. Em paralelo, como conseqüências típicas dos processos recessivos, a redução das taxas de investimento e crescimento foi acompanhada de resultados sociais amplamente negativos. Destaca-se assim, entre outros, o aumento do desemprego e seu caráter crônico, principalmente, nos países avançados da Europa ocidental e nos EUA (BRENNER, 1998).

Assim fica muito claro que o dispositivo “regulatório” tanto “harmonicista” quanto coercitivo aplicado ao mundo do trabalho nos mais diversos países reduziu as resistências dos trabalhadores à exploração, o que viabilizou a retomada do processo de acumulação e, por conseguinte, dos níveis de lucratividade que o capitalismo veria desaparecer com a eclosão da crise na década de 1970.

### **Referências bibliográficas**

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BALANCO, P & PINTO, E. & MILANI, A. A crise econômica e a desarticulação social na América latina: o endividamento estrutural. In: **Revista Bahia Análise & Dados**, v. 13, nº 3, dezembro 2003.
- BALANCO, P. & PINTO, E. Padrões de desenvolvimento, funções estatais e o papel do endividamento no capitalismo contemporâneo. In: **Revista Análise Econômica**, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, ano 23, nº 44, setembro de 2005.

- BALANCO, P. As transformações do capitalismo: formulações teóricas para a composição de uma dialética da globalização. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Porto Alegre-RS, *Anais* (CD-ROM), 1 a 4 de junho de 1999.
- BELLUZO, L. G. Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. Finanças global e ciclo de expansão. In: FIORI, J. L. (Orgs.). **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.
- BERNARDO, J. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**. São Paulo: ed. Boitempo, 2000.
- BRAGA, J. C. S. & CINTRA, M. A. M. Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano. In: FIORI, J. L. (Org.) **O poder americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BRENNER, R. **O boom e a bolha: os EUA na economia mundial**. Rio de Janeiro, Record. 2003.
- CALVETE, C. Estudo da relação entre as estruturas sindicais e as formas de organização do processo de produção. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS (ABPHE). Caxambu, MG, *Anais* (CD-ROM), 7 a 10 de setembro de 2003.
- EICHENGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, J. L. (Org.) **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, J. L. (Org.) **O poder americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- GONÇALVES, R. **Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global**. Rio de Janeiro: Record 2002.
- GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- GUTTMANN, R. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, François (org). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.
- HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- HOBBSBAWN, E. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LENIN, W. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo, Global, 1979.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. **O capital – crítica da economia política**. São Paulo, Nova Cultural (Os Economistas), vols. IV e V, 1986.

- MATTOS, F. Retrospectiva histórica del proceso de Globalización Financiera. **Investigación Económica**, Cidade do México, v. LX, n. 233, p. 113-147, 2000
- MEYER, V. **Articulação e organização internacional dos trabalhadores ante a globalização – um fenômeno emergente**. Tese de Doutorado - Escola de Administração/UFBA, Salvador, 2000.
- OLIVEIRA, N. Meio ou Fim: os dilemas da democracia na reprodução sócio-econômica. Salvador, **Cadernos do CEAS**, set/out, n° 183, pp 53-76, 1999.
- \_\_\_\_\_ **Neocorporativismo e política pública: um estudo das novas configurações assumidas pelo Estado**. Edições Loyola, São Paulo, 2004.
- PINTO, E. & BALANCO, P. A Integração Passiva no âmbito da Globalização: os ajustes estruturais na América Latina. IV COLÓQUIO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS DA AMÉRICA LATINA, São Paulo, Anais (CD-ROM), 31 de outubro a 2 de novembro de 2004.
- SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, J. L. (Org.) **O poder americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- TAVARES, M. & BELLUZO, L. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In: FIORI, J. L. (Org.) **O poder americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.